



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 190,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, <a href="http://www.impresanacional.gov.ao">www.impresanacional.gov.ao</a> - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	.....	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	.....	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	.....	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	.....	Kz: 115 470.00	

**IMPRENSA NACIONAL - E. P.**

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

e-mail: [impresanacional@impresanacional.gov.ao](mailto:impresanacional@impresanacional.gov.ao)

Caixa Postal N.º 1306

**CIRCULAR**

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da *internet* no *site* [www.impresanacional.gov.ao](http://www.impresanacional.gov.ao), onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 séries .....	Kz: 470 615,00
1.ª série .....	Kz: 277 900,00
2.ª série .....	Kz: 145 500,00
3.ª série .....	Kz: 115 470,00

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

**Observações:**

- Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;*
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.*

**SUMÁRIO****Presidente da República****Decreto Presidencial n.º 323/14:**

Aprova o Acordo de Cooperação entre o Governo da República de Angola e o Conselho Federal Suíço em Matéria de Migração. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Presidencial.

**Despacho Presidencial n.º 235/14:**

Cria uma Comissão Interministerial contra o Tráfico de Seres Humanos, para garantir a protecção, a assistência, a recuperação, a reabilitação e a reinserção no seio da sociedade de vítimas de tráfico, coordenada pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

## Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

### Decreto Executivo n.º 377/14:

Aprova o Regulamento Interno do Grupo Técnico do Centro de Processamento de Dados deste Ministério.

### Decreto Executivo n.º 378/14:

Aprova o «Modelo de Auto de Declarações para Inscrição Tardia de Nascimento». — Revoga toda a disposição que contrarie o disposto no referido Modelo.

### Despacho n.º 1601/14:

Cria a Comissão de Acompanhamento que tem por missão o acompanhamento das tarefas a serem desenvolvidas pela empresa Mitrelli Group, no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços para a Regularização e a Legalização Imobiliária do Património Habitacional do Estado.

## Ministério do Ensino Superior

### Despacho n.º 1602/14:

Subdelega plenos poderes a Menezes Clemente Cambinda, Secretário Geral, para representar este Ministério no acto da assinatura do Contrato com a Corporação ANTEX, S.A., que tem por objecto a concepção e venda de um Projecto Pedagógico para a abertura de 13 novos cursos de Licenciatura a serem ministrados nas Instituições de Ensino Superior Públicas. — Revoga o Despacho n.º 714/14, de 27 de Março.

### Despacho n.º 1603/14:

Subdelega plenos poderes a Menezes Clemente Cambinda, Secretário Geral, para representar este Ministério no acto de assinatura da Adenda ao Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais para o Sector do Ensino Superior na área da Saúde, assinado com a ANTEX, S.A., empresa afecta ao Estado Cubano.

### Despacho n.º 1604/14:

Subdelega plenos poderes a Menezes Clemente Cambinda, Secretário Geral, para representar este Ministério no acto de assinatura da Adenda ao Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais para o Sector do Ensino Superior, assinado com a ANTEX, S.A., empresa afecta ao Estado Cubano.

### Despacho n.º 1605/14:

Subdelega plenos poderes a Menezes Clemente Cambinda, Secretário Geral para representar este Ministério no acto de assinatura da Adenda ao Contrato de Aquisição de Planos de Estudos para Treze Novos Cursos para as Instituições de Ensino Superior Públicas, assinado com a ANTEX, S.A., empresa afecta ao Estado Cubano.

## PRESIDENTE DA REPÚBLICA

### Decreto Presidencial n.º 323/14 de 2 de Dezembro

Considerando a vontade firme de o Governo da República de Angola consolidar cada vez mais as relações de amizade e cooperação com a Confederação Suíça, assentes na promoção de mecanismos de concertação entre os dois Estados que facilitam o intercâmbio de experiências nos mais diversos domínios;

Tendo em conta a importância que a República de Angola atribui aos Tratados Internacionais e sendo o Acordo de Cooperação entre o Executivo da República de Angola e o Conselho Federal Suíço, em matéria de Migração, um relevante instrumento jurídico que irá facilitar a gestão das questões ligadas à migração, visando o aprofundamento das relações bilaterais;

Tendo em conta o estabelecido na Lei n.º 4/11, de 14 de Janeiro, sobre os Tratados Internacionais.

O Presidente da República decreta, nos termos das alíneas a) e c) do artigo 121.º e do n.º 1 do artigo 125.º ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

#### ARTIGO 1.º

##### (Aprovação)

É aprovado o Acordo de Cooperação entre o Governo da República de Angola e o Conselho Federal Suíço em Matéria de Migração, assinado em Luanda, no dia 6 de Fevereiro de 2013, anexo ao presente Decreto Presidencial e que dele é parte integrante.

#### ARTIGO 2.º

##### (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

#### ARTIGO 3.º

##### (Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Presidencial.

#### ARTIGO 4.º

##### (Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 2 de Outubro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Novembro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

## ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O EXECUTIVO DA REPÚBLICA DE ANGOLA E O CONSELHO FEDERAL SUÍÇO EM MATÉRIA DE MIGRAÇÃO

### PREÂMBULO

O Executivo da República de Angola e o Conselho Federal Suíço, doravante designados «Partes»;

Reconhecendo a importância da cooperação e apoio mútuo no domínio da migração, particularmente a migração irregular;

Salientando a importância da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em particular o seu artigo 2.º, assim como o artigo 12.º do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos;

Constatando a necessidade imperativa de harmonizar as suas políticas de luta contra a migração ilegal e de conduzi-las em comum as acções adequadas para fazer frente a esta;

Determinados a participar activamente em parceria com os países de origem, de trânsito e de destino dos fluxos migratórios entre África e a Europa, decorrente da Primeira Conferência Europa/Africana sobre as Migrações e o Desenvolvimento realizada em Rabat, em Julho de 2006; e

Considerando as boas relações de cooperação bilateral, no espírito de solidariedade e de acordo com os princípios e objectivos da Carta das Nações Unidas.

As Partes acordam o seguinte:

## CAPÍTULO I Disposições Gerais

### ARTIGO 1.º (Objecto)

O presente Acordo tem como objecto a gestão das questões ligadas à migração conforme disposições do presente Acordo.

### ARTIGO 2.º (Âmbito de aplicação)

O presente Acordo aplica-se aos cidadãos das Partes que se encontrem em situação irregular no território da outra Parte.

## CAPÍTULO II Sobre a Cooperação

### ARTIGO 3.º

Cooperação em matéria de luta contra a migração irregular, tráfico de pessoas e seres humanos.

As Partes comprometem-se dentro das suas possibilidades e dos seus recursos a prestar assistência mútua no que concerne à:

- a) Troca de informações entre as autoridades competentes sobre a migração irregular, o tráfico de seres humanos e sobre o crime organizado relacionado com a migração irregular;
- b) Assistência técnica na luta contra a migração irregular;
- c) Organização de cursos de formação pessoal consular e agentes dos Serviços de Migração, nomeadamente no domínio específico da detecção de documentos falsos;
- d) Cooperação para o controlo das fronteiras;
- e) Assistência técnica visando garantir maior segurança dos documentos nacionais de identidade;
- f) Realização de campanhas de sensibilização sobre os riscos da migração irregular e do tráfico de pessoas, no progresso e desenvolvimento sustentável.

### ARTIGO 4.º (Cooperação internacional)

1. As Partes comprometem-se a respeitar as Convenções sobre os Direitos do Homem as quais tenham aderido.

2. Para efeitos de implementação do presente Acordo, as Partes estreitarão as suas relações, nomeadamente com a Organização Internacional de Migrações e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

3. O presente Acordo não afectará as obrigações das Partes decorrentes da sua adesão aos instrumentos jurídicos internacionais, deslocando-se:

- a) A Convenção de 28 de Julho de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, modificado pelo Protocolo de 31 de Janeiro de 1967;
- b) Os Tratados Internacionais relativos à extradição, ao trânsito e ao acolhimento;

- c) Todas as outras Convenções e Acordos Internacionais em matéria de refugiados ou asilo.

## CAPÍTULO III Sobre o Regresso Voluntário ao País de Origem

### ARTIGO 5.º (Regresso voluntário)

1. Cada Parte compromete-se dentro dos limites das suas legislações, a encorajar o regresso dos seus cidadãos, decididos a regressar voluntariamente para o seu país, pela definição e implementação de um programa de regresso voluntário assistido. O país de residência concede assistência susceptível de favorecer a reinserção destas pessoas no seu país de origem, conforme a legislação nacional em vigor, ou seja:

- a) Encarregar-se dos custos de regresso da pessoa inscrita no programa de regresso voluntário assistido, ligados ao transporte para o seu país de origem;
- b) Fornecer uma ajuda financeira para a sua reinstalação;
- c) Conceder um apoio pessoal, preciso e específico ao desenvolvimento e à realização de um projecto individual visando uma reintegração profissional e/ou social facilitada no país de origem;
- d) Providenciar uma ajuda ao regresso por razões de saúde caso seja necessário e desde a chegada ao país de origem;
- e) Gerir a difusão de informações relativas ao programa de regresso voluntário e assistido e providenciar um apoio institucional quando a gestão é confiada a terceiros.

2. As Partes informam-se regularmente acerca do desenvolvimento, da realização e dos resultados das medidas tomadas no contexto do parágrafo anterior.

### ARTIGO 6.º (Ajuda estrutural)

Cada uma das Partes compromete-se, dentro dos limites das suas legislações, a prestar assistência mútua para a definição e implementação de projectos de ajuda estrutural para a prossecução dos objectivos seguintes:

- a) Contribuir no desenvolvimento das competências da Parte para onde volta a pessoa, em termos de gestão da migração, aos meios por exemplo de formações específicas nas áreas consideradas apropriadas e de interesse;
- b) Reduzir as disparidades entre as pessoas que regresam para o seu país de origem e as comunidades locais permitindo igualmente a estas últimas de beneficiar de projectos de apoio e de desenvolvimento de infra-estruturas locais.

## ARTIGO 7.º

(Acesso às infra-estruturas e programas)

As Partes, dentro dos limites das suas legislações, comprometem-se a facilitar aos cidadãos da outra Parte o acesso às infra-estruturas e programas estabelecidos, assim como às medidas tomadas no domínio da integração no seio da sociedade acolhedora.

## CAPÍTULO IV

## Do Regresso Não Voluntário

## ARTIGO 8.º

(Regresso não voluntário)

As Partes obrigam-se mutuamente a facilitar o regresso dos seus cidadãos e para esse efeito:

- a) A Parte requerida acolhe no seu território, a pedido da outra Parte, os cidadãos que residam no seu território e que não tenham ou deixaram de ter direito de entrar, permanecer ou residir, sempre que isso for confirmado ou presumido, em conformidade com o artigo 1.º ou artigo 2.º do anexo do presente Acordo ou por via do procedimento de identificação mencionados no artigo 3.º do referido anexo que o cidadão em causa é um nacional da Parte requerida;
- b) O processo de identificação e de regresso dos cidadãos referidos nos artigos 2.º e 3.º do anexo do presente Acordo deve ser coordenado pela Parte requerente com o representante da Parte requerida, que pode ser a representação diplomática ou consular ou qualquer outra autoridade competente.

## CAPÍTULO V

## Da Protecção dos Dados Pessoais

## ARTIGO 9.º

(Conteúdo dos dados pessoais)

As informações relativas aos dados pessoais dos cidadãos das Partes objecto de acolhimento referem-se exclusivamente:

- a) Aos dados ligados à pessoa a acolher ou a admitir em trânsito e eventualmente aos dos membros da sua família (nomes, primeiros nomes, se houver nomes anteriores, apelidos ou pseudónimos, data e lugar de nascimento, sexo e nacionalidade);
- b) Ao bilhete de identidade, passaporte ou outros documentos de identificação ou de viagem;
- c) Aos outros dados necessários à identificação da pessoa em trânsito, incluindo as suas impressões digitais;
- d) Aos lugares de estadia e itinerários;
- e) Às autoridades de estadia ou vistos acordados no estrangeiro;

- f) Dados relativos à saúde do cidadão em causa se for de seu interesse.

## ARTIGO 10.º

(Utilização dos dados pessoais)

Os dados pessoais transmitidos em execução do presente Acordo são tratados e protegidos em conformidade com as legislações sobre a protecção dos dados em vigor em cada uma das Partes e com as disposições das Convenções Internacionais aplicáveis nas matérias às quais as Partes estão ligadas a saber:

- a) A Parte requisitada utiliza os dados pessoais comunicados somente para os fins previstos pelo presente Acordo;
- b) Cada uma das Partes informa, quando exigido, a outra Parte sobre a utilização dos dados pessoais comunicados;
- c) Os dados pessoais comunicados só podem ser tratados pelas Autoridades competentes para a execução do Acordo. Os dados pessoais não podem ser transmitidos a outras autoridades do Estado ou outras pessoas sem a autorização previamente escrita pela Parte que as tenha comunicado;
- d) A Parte requerente tem a responsabilidade de assegurar a exactidão dos dados pessoais a transmitir assim como a necessidade da sua adequação aos fins pretendidos. Ao fazê-lo é necessário considerar as interdições de transmissão em vigor no direito nacional em causa;
- e) Se dados inexactos forem transmitidos ou se a transmissão for indevida, o destinatário deve ser avisado de imediato. Procede-se, então, à rectificação ou à destruição desses mesmos dados;
- f) A seu pedido, a pessoa em questão será informada sobre os dados pessoais existentes e sobre o modo de utilização previsto, dentro das condições definidas pela legislação nacional das Partes;
- g) Os dados pessoais transmitidos são mantidos apenas enquanto forem necessários para o propósito para o qual eles foram comunicados. O controlo do tratamento e da utilização desses dados é assegurado em conformidade com o direito interno de cada uma das Partes.
- h) As Partes são obrigadas a proteger de modo eficaz os dados pessoais transmitidos contra o acesso não autorizado, as modificações abusivas e a comunicação não autorizada. Em todos os casos os dados transmitidos beneficiam pelo menos da protecção da qual também gozam os dados de mesma natureza na legislação da Parte requerente.

## CAPÍTULO VI Mecanismo de Seguimento

### ARTIGO 11.º (Autoridades competentes)

1. Para a aplicação do presente Acordo, as autoridades competentes são as seguintes:

- a) Pela Confederação Suíça, Departamento Federal da Justiça e Polícia e o Departamento Federal dos Negócios Estrangeiros;
- b) Pela República de Angola, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Interior.

2. As Partes poderão designar a todo o momento uma outra autoridade competente, devendo nesse quadro notificar à outra Parte por via diplomática.

3. Sem prejuízo de qualquer mecanismo de avaliação e seguimento da cooperação bilateral, prevista no n.º 2 do artigo 5.º dos artigos 12.º e 13.º do presente Acordo, as autoridades competentes referidas no presente artigo reúnem-se a pedido de uma das Partes para a avaliação do nível de implementação do Acordo.

### ARTIGO 12.º (Reunião dos especialistas)

Cada Parte poderá solicitar, por via diplomática, uma reunião de especialistas constituída por representante das Partes para debaterem questões específicas.

### ARTIGO 13.º (Troca de informações)

As autoridades competentes dos dois países trocarão toda a informação útil à implementação e aplicação do presente Acordo.

### ARTIGO 14.º (Resolução de diferendos)

Qualquer controvérsia que surja da interpretação, aplicação ou implementação do presente Acordo será resolvida por negociação directa ou via diplomática.

### ARTIGO 15.º (Identificação e financiamento de projectos)

Os programas, projectos ou actividades estabelecidos no quadro do presente Acordo são desenvolvidos e financiados sobre uma base bilateral entre as Partes ou através de acções multilaterais.

## CAPÍTULO VII Das Disposições Finais

### ARTIGO 16.º (Direitos adquiridos)

1. A aplicação das medidas de regresso referidas no presente Acordo não modificará nenhum direito adquirido anteriormente em conformidade com a legislação nacional das Partes;

2. O regresso efectuado em aplicação do presente Acordo não afectará o direito dos cidadãos que desejam regressar ao território da Parte requerente, quando as condições exigidas para entrada forem preenchidas conforme a legislação nacional.

### ARTIGO 17.º (Procedimentos e garantias)

Os procedimentos e garantias para o regresso dos cidadãos nacionais aos seus países de origem constam do anexo que é parte integrante do presente Acordo.

### ARTIGO 18.º (Alterações)

O presente Acordo pode ser alterado por acordo entre as Partes. Cada Parte notifica a outra o cumprimento do seu procedimento de aprovação interna relativo às alterações. As mesmas entram em vigor trinta (30) dias após recepção da última notificação.

### ARTIGO 19.º (Suspensão)

Cada uma das Partes, depois de informar a outra, poderá suspender a aplicação do presente Acordo, por motivos de ordem pública, de segurança nacional ou de saúde pública. A medida de suspensão do Acordo e o seu levantamento entram em vigor no momento da recepção, pela outra Parte, de uma notificação por via diplomática.

### ARTIGO 20.º (Vigência e cessação)

O presente Acordo vigorará por um período de cinco (5) anos renováveis automaticamente por igual período, se nenhuma das Partes informar à outra a sua intenção de cessação, por via diplomática, com pelo menos noventa (90) dias antes do fim da vigência do Acordo.

### ARTIGO 21.º (Entrada em vigor)

O presente Acordo entrará em vigor trinta dias (30) depois da data em que as Partes se comunicam mutuamente sobre o cumprimento das formalidades internamente requeridas para o efeito.

Em testemunho do que os plenipotenciários devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos assinam o presente Acordo

Feito em Luanda, aos 6 de Janeiro 2013, em dois exemplares originais cada um na sua língua, portuguesa e francesa, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pelo Executivo da República de Angola, *ilegível*.

Pelo Conselho Federal Suíço, *ilegível*.

## ANEXO I Procedimentos e Garantias para o Regresso dos Cidadãos

### ARTIGO 1.º

1. Em virtude do artigo 8.º do Acordo, cada Parte garante a entrada dos seus cidadãos quando a sua nacionalidade é demonstrada através de um passaporte válido ou de qualquer outro documento de viagem ou de identidade válido estabelecido ou reconhecido pelas suas autoridades competentes.

2. Os procedimentos de regresso são realizados sem entrega de um documento de viagem se a pessoa em questão possuir um passaporte válido ou qualquer outro documento de viagem válido e reconhecido pelas autoridades competentes da Parte requisitada.

3. Conforme as disposições dos n.ºs 1 e 2, as Partes trocam nos 30 dias após a assinatura do Acordo uma lista dos documentos acima citados, assim como specimens dos mesmos.

#### ARTIGO 2.º

1. Quando a nacionalidade não pode ser demonstrada, ela pode ser presumida através de:

- a) Um certificado de nacionalidade favorável à pessoa;
- b) Um passaporte nacional;
- c) Documentos de identificação, incluindo os documentos temporários ou provisórios;
- d) Documentos oficiais nos quais é indicada a nacionalidade da pessoa;
- e) Todo o documento reconhecido pela Parte requerida para determinar a identidade da pessoa;
- f) Resultados de comparações de impressões digitais;
- g) Resultados de uma análise linguística;
- h) Declarações da pessoa em questão;
- i) Qualquer outro elemento aceite pela Parte requerida.

2. Os documentos enumerados no número anterior, alíneas a) a e) constituem uma presunção da nacionalidade, mesmo que o seu período de validade tenha expirado ou que se apresentem sob a forma de fotocópia.

#### ARTIGO 3.º

Quando não for possível obter os documentos necessários ou outros elementos de prova para confirmar a nacionalidade de um cidadão, cujos elementos mencionados no artigo 2.º permitam presumir, exige-se um procedimento de identificação. Neste caso as autoridades competentes da Parte requerente solicitará a colaboração dos agentes diplomáticos e consulares ou de qualquer outra autoridade competente da Parte requerida para verificar a nacionalidade desses cidadãos, como abaixo se indica:

- a) Um agente consular procederá à audiência do cidadão em questão o mais rápido possível, por um período não superior a (trinta) 30 dias úteis após a recepção do pedido;
- b) Caso seja necessário, as autoridades competentes das Partes decidem sobre a deslocação de uma delegação para proceder às entrevistas. Os encargos inerentes à deslocação e estadia são suportados pela Parte requerente;
- c) Em caso de confirmação da nacionalidade da pessoa, a Parte requerida entregará num período de (trinta) 30 dias úteis, após a recepção do pedido, um documento de viagem por (noventa) 90 dias;
- d) Caso sejam necessários mais averiguações para determinar a nacionalidade da pessoa já entrevistada, estas verificações terão de ser feitas no

prazo de (cento e vinte) 120 dias após a data da audiência. No caso de não ter sido dada qualquer resposta no período de (cento e vinte) 120 dias a nacionalidade do cidadão é considerada como determinada;

- e) No caso em que o regresso dos cidadãos não tenha sido possível no prazo de validade do documento de viagem estabelecido, a Parte requerida entregará, através de um pedido, um novo documento de viagem.

#### ARTIGO 4.º

Os custos referentes ao regresso de um cidadão da Parte requerida ficam a cargo da Parte requerente.

#### ARTIGO 5.º

1. Quando um cidadão tenha decidido ou é obrigado a abandonar o país de residência, a prioridade é dada àquele que adira ao processo de regresso voluntário. A assistência prevista para um caso concreto está prevista no n.º 1 do artigo 5.º do Acordo, devendo a assistência ser-lhe concedida de acordo com a legislação em vigor do país de residência;

2. Todavia, dentro dos limites e das suas possibilidades nenhum cidadão regressa privado de qualquer meio;

3. Se um cidadão das Partes tiver que regressar, a Parte requerente facilitará a transferência dos seus bens adquiridos legalmente.

#### ARTIGO 6.º

1. As Partes podem organizar voos seguros para o regresso compulsivo dos cidadãos que não podem viajar em voos comerciais.

2. As modalidades dos voos referidos no número anterior serão determinadas por mútuo acordo, devendo a Parte requerente

- a) submeter à autoridade competente a sua intenção de organizar um voo seguro numa data determinada;
- b) Confirmar a sua intenção por via diplomática (quinze) 15 dias antes da data prevista do voo;
- c) Fornecer por via diplomática todas as informações relevantes, nomeadamente uma lista de cidadãos previamente identificados pelas Partes, o mais tardar (quinze) 15 dias antes da data prevista do voo;
- d) Prevenir as Missões Diplomáticas e/ou Postos Consulares sobre a organização do voo seguro o mais tardar (quinze) 15 dias antes da data prevista do voo.

3. As autoridades competentes da Parte requerida notificarão a sua resposta à Parte requerente por via diplomática dez (10) dias úteis antes da data programada para o voo.

#### ARTIGO 7.º

Se no momento ou após a sua chegada ao território da Parte requerida as provas documentais demonstrem que o cidadão em questão não é um cidadão da Parte requerida, a Parte requerente acolhe o mais rápido possível, a seu custo, esse cidadão no seu território.

Pelo Executivo da República de Angola, *ilegível*.  
Pelo Conselho Federal Suíço, *ilegível*.



**Despacho Presidencial n.º 235/14**  
de 2 de Dezembro

Considerando que o Estado Angolano valoriza a dignidade de cada cidadão e garante o respeito pelos seus direitos individuais, promovendo assim a dignidade humana e protegendo os cidadãos de qualquer ameaça de violência e exploração, eliminando o tráfico de seres humanos e reduzindo as pressões para a migração involuntária e servidão de pessoas;

Havendo necessidade de se combater o tráfico de seres humanos e de todas as práticas que lesem a integridade da pessoa humana num estado democrático e de direito, como é a República de Angola;

O Presidente da República determina nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É criada uma Comissão Interministerial contra o Tráfico de Seres Humanos, para garantir a protecção, a assistência, a recuperação, a reabilitação e a reinserção no seio da sociedade de vítimas de tráfico, Coordenada pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos e que integra as seguintes entidades:

- a) Ministro da Assistência e Reinserção Social — Coordenador-Adjunto;
- b) Ministro das Relações Exteriores;
- c) Ministro do Interior;
- d) Ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social;
- e) Ministra da Família e Promoção da Mulher;
- f) Ministro da Juventude e Desporto.

2.º — A Comissão ora criada é apoiada por um grupo técnico que integra representantes das seguintes entidades:

- a) Procuradoria Geral da República;
- b) Polícia Nacional;
- c) Instituto Nacional da Criança;
- d) Conselho Nacional da Juventude.

3.º — A Comissão tem dentre outras as seguintes atribuições:

- a) Formular um programa abrangente e integrado para prevenir e reprimir o tráfico dos seres humanos;
- b) Elaborar normas e regulamentos que possam ser necessários para implementação efectiva do combate ao tráfico de seres humanos;
- c) Monitorar e supervisionar a aplicação rigorosa da estratégia ao combate ao tráfico de seres humanos;
- d) Coordenar os programas e projectos dos diversos organismos do Estado para uma resposta efectiva às questões e problemas atinentes ao tráfico de seres humanos;
- e) Coordenar a realização de campanhas de divulgação de informações a existência da lei e de várias

questões e problemas e atinentes ao tráfico de seres humanos;

- f) Orientar outras agências e organismos do Estado para responderem atempadamente aos problemas que lhes sejam apresentados e reportar à Comissão sobre as medidas a tomar;
- g) Proceder ao tratamento de orientações emanadas superiormente em matérias sobre o tráfico de seres humanos.

4.º — O Coordenador da Comissão deve informar regularmente o Titular do Poder Executivo sobre o andamento dos trabalhos.

5.º — A Comissão tem um prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da publicação do presente Diploma para apresentar o relatório final dos trabalhos realizados ao Titular do Poder Executivo, findo qual considera-se extinta a referida Comissão.

6.º — As dúvidas e omissões que resultarem da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

7.º — O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Novembro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

---

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
E DOS DIREITOS HUMANOS**

---

**Decreto Executivo n.º 377/14**  
de 2 de Dezembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, sobre a Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros e de acordo com o Decreto Presidencial n.º 121/13 de 23 de Agosto, determino:

Tendo sido aprovado o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos pelo Decreto Presidencial n.º 121/13 de 23 de Agosto;

Convindo regulamentar a organização e funcionamento do Grupo Técnico do Centro de Processamento de Dados do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, em cumprimento do disposto no Decreto Presidencial acima supracitado;

Artigo 1.º — É aprovado o Regulamento Interno do Grupo Técnico do Centro de Processamento de Dados do Ministério

da Justiça e dos Direitos Humanos anexo ao presente Decreto Executivo e que dele faz parte integrante.

Artigo 2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidos pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

Artigo 3.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Outubro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

## REGULAMENTO DO GRUPO TÉCNICO DO CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS «GTCPD»

### CAPÍTULO I Disposições Gerais

#### ARTIGO 1.º (Definição)

O Grupo Técnico do Centro de Processamento de Dados, abreviadamente designado por «GTCPD», é um órgão executivo e permanente criado pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, que tem como missão desenvolver e gerir o Centro de Processamento de Dados.

#### ARTIGO 2.º (Objecto)

O presente Regulamento define a organização, as competências dos membros do Grupo Técnico na gestão e no processo desenvolvimento do «CPD» do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, e os prestadores de serviços.

#### ARTIGO 3.º (Âmbito)

Este regulamento aplica-se a todos os utilizadores, assim como, aos serviços contratados pelo MJDH e que façam o uso do «CPD».

#### ARTIGO 4.º (Atribuições)

O «GTCPD» na prossecução da sua missão tem as seguintes atribuições:

- a) Planear e coordenar o acesso e utilização dos meios computacionais do «CPD»;
- b) Colaborar na adaptação do MJDH às variações das circunstâncias tecnológicas ou de gestão e as novas demandas operacionais;
- c) Realizar o desenvolvimento técnico do sistema de interoperabilidade do Ministério, bem como fazer o acompanhamento das actividades quando a execução técnica não estiver a seu cargo;

- d) Definir os processos, mecanismos de gestão, monitorização e controlo de qualidade do sistema de interoperabilidade do Ministério, em alinhamento com as suas políticas e estratégias;
- e) Analisar e elaborar diagnósticos e estudo para interoperabilidade das plataformas e sistemas do Ministério, visando a harmonização das regras e funcionalidades, bem como a criação de padrão e catálogo de serviços para a disponibilização de informações da Base de Dados-Única do Ministério;
- f) Promover a eficiência e a estruturação da Governança de «TI» no âmbito das acções de Gestão do Centro de Processamento de Dados;
- g) Promover o alinhamento do plano director de Tecnologia da Informação com o planeamento estratégico e gestão central de Processamento de Dados;
- h) Definir os processos de gestão operacional do «CPD» bem como a sua integração aos códigos de boas práticas de «TI»;
- i) Elaborar e actualizar do plano de Gestão de Segurança da Informação alinhado ao plano Directivo do MJDH;
- j) Elaborar e actualizar o Sistema de Gestão da Segurança da continuidade de negócio mediante a realização de estudos e definição de métricas;
- k) Elaboração e actualização do Plano de Gestão de Riscos;
- l) Acompanhar os projectos aprovados;
- m) Recomendar e fomentar as melhores formas de utilização, aquisição e padrões técnicos administrativos dos meios computacionais do «CPD»;
- n) Racionalizar os recursos Tecnológicos e Administrativos do «CPD» visando aprimorar o desempenho geral das actividades do MJDH;
- o) Zelar pela segurança física dos servidores e pelo seu funcionamento;
- p) Gerir e implementar a solução integrada de gestão de infra-estrutura de Data Centers (DCIM);
- q) Promover acções que visam a criação do conhecimento no domínio das tecnologias e informação em matéria de definição, projecção, gestão operacional de centrais de processamento de dados bem como a utilização de normas e padrões internacionais aplicáveis;
- r) Observar as regras e políticas do SGSI (Sistema de Gestão de Segurança da Informação), existentes no funcionalismo público;
- s) Propor e elaborar a actualização do Sistema de Gestão de Segurança da Informação;



- t) Aprovar o plano e o cronograma das actividades dos serviços e consultoras integrantes no «CPD»;
- u) Assegurar o plano de formação dos técnicos do MJDH, de maneira a promover acções que visam a criação de competências, conhecimentos no domínio das tecnologias de informação em matéria de definição, projecção, gestão operacional do Centro de Processamento de Dados, bem como a utilização de normas e padrões internacionais aplicáveis;
- v) Garantir a provisão de recursos para estabelecer, operar, monitorar, analisar, manter e melhorar o «SGSI»;
- w) Definir os níveis de riscos aceitáveis para o normal funcionamento do «CPD»;
- x) Coordenar e garantir a análise de eventos para que as acções correctivas e preventivas sejam realizadas;
- y) Analisar novas ameaças e contempla-las no «SGSI», com uso da política de segurança da informação;
- z) Gerir o processo de acesso físico ao Centro de Processamento de Dados;
- aa) Analisar e propor novas técnicas de segurança da informação para o Centro de Processamento de Dados;
- bb) Garantir que as cópias de segurança estejam a ser efectuadas, conforme as políticas de segurança da informação;
- cc) Simular regularmente testes com o *Disaster Recovery* (Centro de Processamento de Dados Alternativo) e todos os outros sistemas de segurança afectos ao CPD, tais como os detectores de incêndios e alarmes.

**ARTIGO 5.º**  
**(Deveres do Técnico)**

O técnico integrante no Grupo Técnico do Centro de Processamento de Dados do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos deve:

- a) Observar os critérios e normas estabelecidas no presente regulamento;
- b) Participar das reuniões do CPD;
- c) Comunicar ao Coordenador do impedimento de participar na reunião e, justificar a sua ausência num prazo de 72 horas ou sempre que possível em caso de força maior;
- d) Usar com zelo o equipamento do Centro de Processamento de Dados no desempenho de suas actividades;
- e) Examinar e devolver as propostas de correcção no prazo máximo de dois dias as minutas das actas de reuniões e envia-las ao Secretariado da reunião,

com os devidos comentários e correcções, bem como, agilizar a assinatura da versão final das mesmas a partir da data sua recepção;

- f) Garantir que a informação e documentação, seja qual for o seu suporte, não será transmitido a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente ao «CPD»;
- g) Proteger a informação confidencial de modo adequado ou de acordo com os padrões profissionais aplicáveis, e a não utilizar em circunstância alguma, os dados e informações, para quaisquer outros fins que não os inerentes ao desenvolvimento das actividades no «CPD»;
- h) O dever de sigilo é independente do vínculo no funcionalismo público ou do prazo de vigência do contrato das entidades integrantes no «CPD».

**CAPÍTULO II**  
**Organização e Funcionamento**

**ARTIGO 6.º**  
**(Composição e Estrutura Orgânica)**

1. O Grupo Técnico do Centro de Processamento de Dados tem a seguinte constituição:

- a) Coordenador;
- b) Coordenador-Adjunto;
- c) Equipa Técnica de Desenvolvimento e Acompanhamento;
- d) Equipa Técnica de Comunicação e Segurança;
- e) Equipa Técnica de Suporte e Manutenção

2. O «GTCPD» é dirigido por um Coordenador e Coordenador-Adjunto nomeados por Despacho do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

3. Podem nele integrar outras entidades contratadas ou convidadas mediante autorização do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, sobre proposta do Coordenador do «GTCPD».

**SUBSECÇÃO I**  
**Funcionamento, Mandato, Competências**

**ARTIGO 7.º**  
**(Funcionamento do «GTCPD»)**

1. O «GTCPD» funciona permanentemente no Centro de Processamento de Dados com a sua equipa:

- a) Técnica de Desenvolvimento e Acompanhamento;
- b) Técnica de Comunicação e Segurança;
- c) Técnica de Suporte e Manutenção.

2. O «GTCPD» reúne-se ordinariamente quinzenalmente mediante convocatória do seu Coordenador.

3. Reúne-se extraordinariamente sempre que for necessário mediante proposta de 1/3 dos membros que o compõe.

4. A convocatória para a reunião do «GTCPD» deve incluir uma ordem de trabalho e assinada pelo seu Coordenador devendo ser distribuída com a antecedência mínima sete (7) dias.

5. O «GTCPD» reúne-se na data e hora marcada com a presença de todos os convocados.

6. As decisões do «GTCPD» são tomadas por maioria simples, sendo que em situação de impasse o Coordenador tem o voto de qualidade.

#### ARTIGO 8.º (Decurso da reunião)

1. A Direcção dos trabalhos do Grupo Técnico cabe ao seu Coordenador e na sua ausência ou impedimento pelo seu Coordenador-Adjunto.

2. Os trabalhos das reuniões do Grupo Técnico obedecem a seguinte ordem:

- a) Abertura da secção;
- b) Assinatura da lista de presença por todos membros presentes;
- c) Leitura, discussão e assinatura da acta da reunião anterior;
- d) Discussão e aprovação das matérias agendada.

3. As matérias constantes da agenda que não chegaram a ser decididas devem ser incluídas na ordem de trabalho da reunião seguinte.

#### ARTIGO 9.º (Actas)

1. Cada reunião do Grupo Técnico deve produzir uma acta, onde é reflectido com clareza e objectividade os assuntos discutidos.

2. O Secretariado da reunião submete a minuta da acta no prazo de dois dias úteis aos membros após a reunião.

3. Os membros devem devolver a minuta da acta após dois dias úteis com as suas respectivas contribuições.

4. A minuta da acta é devolvida ao Secretariado da reunião que providencia as alterações efectuadas submetendo-a à aprovação na primeira reunião subsequente do Grupo Técnico.

5. Aprovação e assinatura da acta e as eventuais emendas serão submetidas ao Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

#### ARTIGO 10.º (Relatórios)

O Grupo Técnico deve apresentar relatórios mensais sobre o grau de implementação dos projectos a distrito ao coordenador do «CPD» que por sua vez, os remete para o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos para aprovação.

#### ARTIGO 11.º (Mandato do Técnico)

1. Os membros do Grupo Técnico do «GTCPD», são nomeados pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos e tem mandato com prazo igual ao estabelecido no despacho que o indica.

2. Os técnicos contratados ou convidados deixam de se parte do «GTCPD» com o termo de vigência do vínculo contratual na área das telecomunicações e informação com o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

3. Perde-se igualmente o direito de integrar o «GTCPD», em caso de incumprimento das regras estabelecidas no presente regulamento, renúncia ou sanção, que o iniba de continuar, exercer a actividade no geral, por qualquer outra razão que implique a perda da função habilitante cabendo ao Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, praticar o competente acto de cessação da sua actividade no «CPD».

#### ARTIGO 12.º (Coordenador)

O Coordenador do Grupo Técnico tem as seguintes competências:

- a) Coordenar e dirigir as acções de desenvolvimento técnico do «CPD»;
- b) Dirigir as reuniões do Grupo Técnico, mediante verificação do quórum;
- c) Indicar o Secretário da reunião;
- d) Permitir, excepcionalmente, a inclusão de assunto fora da ordem de trabalho, considerando a urgência e relevância dos mesmos.

#### ARTIGO 13.º (Coordenador-Adjunto)

O Coordenador-Adjunto do Grupo Técnico tem as seguintes competências:

- a) Coadjuvar o Coordenador em todas as actividades do Grupo Técnico;
- b) Substituir o Coordenador nas suas ausências e impedimentos;
- c) Exercer as demais actividades a si superiormente cometidas.

#### ARTIGO 14.º (Equipa Técnica de Desenvolvimento e Acompanhamento)

A equipa Técnica de Desenvolvimento e Acompanhamento é responsável pela execução das actividades de desenvolvimento e manutenção e suporte a todas as aplicações desenvolvidas pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

#### ARTIGO 15.º (Equipa Técnica de Comunicação)

A equipa técnica de comunicação e segurança é a responsável pela instalação e manutenção e suporte de todos os links e activos de rede, bem como dos sistemas de segurança dos sistemas de comunicações.

#### ARTIGO 16.º (Equipa Técnica de Suporte e Manutenção)

A equipa técnica de suporte e manutenção é responsável pelas acções correctivas e evolutivas da infra-estrutura do «CPD».

CAPÍTULO III  
**Disposições Finais e Transitórias**

ARTIGO 17.º  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões decorrentes da interpretação e aplicação do presente Regulamento serão resolvidas por Despacho do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 18.º  
(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

**Decreto Executivo n.º 378/14**  
**de 2 de Dezembro**

Havendo necessidade de dar continuidade à política de modernização e de informatização assente nos princípios da desburocratização e da simplificação de procedimentos, bem como da proximidade dos serviços da justiça às comunidades;

Considerando os inconvenientes relativos à morosidade provocados pela prestação de serviços não informatizados;

Levando em consideração a necessidade de adoptar um «Modelo de Auto de Declarações para a Inscrição Tardia de Nascimento», mais moderno e que responda às necessidades dos cidadãos;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas

do artigo 179.º da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro, do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 6.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Março, determino:

**DECRETO EXECUTIVO QUE APROVA  
O MODELO DE AUTO DE DECLARAÇÕES  
PARA A INSCRIÇÃO TARDIA DE NASCIMENTO**

ARTIGO 1.º  
(Aprovação)

É aprovado o «Modelo de Auto de Declarações para a Inscrição Tardia de Nascimento», anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º  
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no modelo em anexo.

ARTIGO 3.º  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 4.º  
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor no dia 1 do mês seguinte à data da sua publicação.

Luanda, aos 2 de Dezembro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

ANEXO  
Modelo de Auto de Declarações para a Inscrição Tardia de Nascimento

Ao Exmo. Senhor Conservador .....

Identificação do declarante:

..... (Nome  
residência, Rua ....., Bairro ....., Comun  
....., Distrito Urbano ....., Municípi  
....., Província.....

Identificação das testemunhas:

..... (Nome  
residência em Rua ....., Bairro ....., Comun  
....., Distrito Urbano ....., B  
Município ....., Província.....  
N.º ..... de..... (Data de Emissão), natural da Comun  
de....., do Município de .....  
da Província .....no estado de ..... (estado civil  
.....e do sexo ....., com os contacte  
.....

..... (Nome  
residência em Rua ....., Bairro ....., Comun  
....., Distrito Urbano ....., B  
Município ....., Província.....  
N.º ..... de..... (Data de Emissão), natural da Comun  
de....., do Município de .....  
da Província .....no estado de ..... (estado civil)  
.....e do sexo ....., com os contacte  
.....

Declarou que o registando:

.....(nome  
do sexo ....., nasceu às ..... horas (hora pode se  
ignorada), do dia ..... de..... (mês) de .....(ano), natural da Comuna de  
....., do Município de ....., da Província  
de ....., nacional de .....  
..... com ..... (habilitações literárias  
....., com frequênci  
(escolas frequentadas)....., com os seguintes contactos  
.....  
Filho de .....(nome do pai), nascido no .....(dia) de ..... (mês)

do ..... (ano), natural da Comuna de ....., do Município de ..... da Província de ....., nacional de ....., à data do nascimento ..... (estado civil), residente em Rua ..... Bairro ..... Comuna ..... Município ..... Província....., e de ..... (nome da mãe), nascida no ..... (dia) ..... de ..... (mês) do ..... (ano), natural da Comuna de ....., do Município de ..... da Província de ....., nacional de ....., à data do nascimento ..... (estado civil), residente em Rua ..... Bairro ..... Comuna ..... Município ..... Província .....

Neto paterno de (nome) .....

Neto materno de (nome) .....

O declarante afirma que o nascimento nunca foi registado em qualquer Conservatória.

A razão pela qual nunca foi registado o nascimento ..... (explicar o motivo de não estar registado).

Assim, e uma vez que nunca foi lavrado o registo de nascimento, solicita a V. Excia. a inscrição do nascimento nos termos do Decreto n.º ..... de ..... de 2014.

Assinaturas:

O declarante .....

As testemunhas

.....  
.....

**Documentos apresentados:**

- BI
- Cédula
- Certidão de Nascimento
- Outro.....

(Local) ..... aos ..... de ..... de 2014.

Conservatória do Registo Civil de .....

**Despacho****O Registando:**

Nome:

Data de Nascimento:

No estado de:

Nacionalidade:

Naturalidade:

Comuna:

Município:

Província:

Residência habitual

Filho de:

e de:

Residentes:

Vistos os elementos reunidos e cumpridas as formalidades do artigo 125.º n.º 2 do Código de Registo Civil, artigo 177.º do Código da Família e demais legislação aplicável e uma vez que, até à presente data, não foi declarada nem é conhecida existência de qualquer registo, tenho por verificados os pressupostos legais e a identidade do declarante e das testemunhas identificadas no auto de declarações.

Assim, autorizo a feitura do registo de nascimento, com efeito ao início da data do despacho.

Data de emissão: aos.....de.....de 20...



**Despacho n.º 1601/14**  
de 2 de Dezembro

Considerando que o Executivo Angolano celebrou o contrato de prestação de serviços para a regularização e a legalização imobiliária do património habitacional do Estado com a empresa MITRELLI GROUP;

Havendo necessidade de se proceder ao acompanhamento das tarefas a serem realizadas pela empresa contratada;

Sendo indispensável, para o efeito, garantir uma coordenação entre os diferentes Departamentos Ministeriais envolvidos no processo e a referida empresa, e, ouvidos os respectivos titulares, determino:

1.º — É criada a Comissão de Acompanhamento que tem por missão o acompanhamento das tarefas a serem desenvolvidas pela empresa MITRELLI GROUP, no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços, para a Regularização e a Legalização Imobiliária do Património Habitacional do Estado.

2.º — O Grupo de Trabalhos é constituído pelos seguintes membros:

- a) Edna Otília Silva — Coordenadora e Conservadora de 3.ª Classe da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;
- b) Francisco João de Carvalho Neto — Assistente da Secretaria dos Assuntos Judiciais e Jurídicos da Casa Civil do Presidente da República;
- c) Pedro Baptista Hilário — Técnico do Instituto Nacional da Habitação do Ministério do Urbanismo e Habitação;
- d) Sérgio Adriano da Silva — Técnico da Unidade de Gestão da Dívida Pública do Ministério das Finanças;
- e) Tatiana Correia — Notária de 3.ª Classe da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

3.º — A Comissão de Acompanhamento tem as seguintes atribuições:

- a) Fazer o acompanhamento da execução do Contrato referido no n.º 1;
- b) Assegurar a obtenção de autorizações administrativas para a implementação do Contrato e que envolvam as diversas entidades públicas;
- c) Aprovação do cronograma de trabalhos e submeter à apreciação do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos;
- d) Efectuar a apreciação técnica do desempenho da empresa contratada;
- e) Demais tarefas que se revelem necessárias ao processo de implementação do Contrato.

4.º — Os membros da Comissão de Acompanhamento devem dividir internamente as tarefas sob a sua responsabilidade.

5.º — O Coordenador deve apresentar relatórios quinzenais de execução de actividades ao Titular da Pasta.

6.º — O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Dê-se conhecimento e cumpra-se.

Luanda, aos 18 de Novembro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguieira*.

## MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

**Despacho n.º 1602/14**  
de 2 de Dezembro

Havendo necessidade de se proceder à assinatura do Contrato de Aquisição dos Planos de Estudo de treze (13) Cursos para Instituições do Ensino Superior, entre o Ministério do Ensino Superior e a Corporação ANTEX, S.A.;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

1.º — São subdelegados ao Secretário Geral, Menezes Clemente Cambinda, plenos poderes para representar o Ministério do Ensino Superior no acto da assinatura do Contrato com a Corporação ANTEX, S.A.

2.º — O Contrato referido no ponto anterior tem por objecto a concepção e venda de um Projecto Pedagógico para a abertura de treze (13) novos Cursos de Licenciatura a serem ministrados nas Instituições de Ensino Superior Públicas, a indicar pelo Ministério do Ensino Superior.

3.º — É revogado o Despacho n.º 714/14, de 27 de Março.

4.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Ministro do Ensino Superior.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Março de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

**Despacho n.º 1603/14**  
de 2 de Dezembro

Havendo necessidade de se efectuarem alterações pontuais ao clausulado do Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais para o Sector do Ensino Superior na Área da Saúde, assinado com a ANTEX, S.A.;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

1.º — São subdelegados ao Secretário Geral, Menezes Clemente Cambinda, plenos poderes para representar o Ministério do Ensino Superior no acto de assinatura da Adenda

ao Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais para o Sector do Ensino Superior na área da Saúde, assinado com a ANTEX, S.A., empresa afectada ao Estado Cubano.

2.º — O Contrato referido no ponto anterior tem como objecto o recrutamento de docentes cubanos para ministrar aulas nos cursos de graduação afectos às Ciências Médicas e de Saúde, nas Instituições de Ensino Superior Públicas Angolanas.

3.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Ministro do Ensino Superior.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Julho de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

**Despacho n.º 1604/14**  
de 2 de Dezembro

Havendo necessidade de se efectuar alterações pontuais ao clausulado do Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais para o Sector do Ensino Superior, assinado com a ANTEX, S.A.;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

1.º — São subdelegados ao Secretário Geral, Menezes Clemente Cambinda, plenos poderes para representar o Ministério do Ensino Superior no acto de assinatura da Adenda ao Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais para o Sector do Ensino Superior, assinado com a ANTEX, S.A., empresa afectada ao Estado Cubano.

2.º — O Contrato referido no ponto anterior tem como objecto o recrutamento de docentes cubanos para ministrar aulas nas Instituições de Ensino Superior públicas angolanas.

3.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Ministro do Ensino Superior.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Julho de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

**Despacho n.º 1605/14**  
de 2 de Dezembro

Havendo necessidade de se efectuarem alterações pontuais ao clausulado do Contrato de Aquisição de Planos de Estudo para Treze (13) Novos Cursos para as Instituições de Ensino Superior, assinado com a ANTEX, S.A.;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

1.º — São subdelegados ao Secretário Geral, Menezes Clemente Cambinda, plenos poderes para representar o Ministério do Ensino Superior no acto de assinatura da Adenda ao Contrato de Aquisição de Planos de Estudos para Treze Novos Cursos para as Instituições de Ensino Superior Públicas, assinado com a ANTEX, S.A., empresa afectada ao Estado Cubano.

2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Ministro do Ensino Superior.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Julho de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.